

MENTIONE-SE, PUBLICAR-SE
E EXPECAR-SE
96.01.110
Am



REQUERIMENTO Nº 225 /VII (1a.) – AC

10 DE JANEIRO DE 1996

Assunto: **Eventuais incidentes com a caravana da candidatura presidencial do Dr. Cavaco Silva em Tarouca.**

Apresentado por: Deputado **ANTÓNIO GALAMBA**, do Partido Socialista

Os actos eleitorais e as campanhas eleitorais que lhes estão subjacentes constituem importantes momentos de expressão e afirmação da maturidade política e democrática de um Povo.

O acto eleitoral, como fase essencial da legitimidade democrática, não esgota as possibilidades de ligação e de aproximação entre os eleitos e os eleitores. No entanto, marca um momento de confrontação democrática de ideias e ideais, num jogo político em que não deve ser preterido o rigor, a ética e a seriedade.

Portugal, as portuguesas e os portugueses têm revelado uma grande maturidade política e cívica na forma como se têm manifestado nos sucessivos actos eleitorais que têm decorrido no nosso País desde 25 de Abril.

Assim, considerando notícias veiculadas pelos órgãos de Comunicação Social que davam conta de incidentes graves que terão ocorrido aquando da passagem da caravana de um dos candidatos à Presidência da República pelo concelho de Tarouca.

Considerando ainda que a seriedade e ética, devem estar acima das querelas político-partidárias típicas das campanhas eleitorais e que não deverão pairar dúvidas ou enganos em torno de situações ou questões suscitadas nestas épocas, solicitamos ao abrigo das normas constitucionais e regimentais aplicáveis ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Administração Interna os seguintes esclarecimentos:

- 1) existe algum registo da ocorrência de uma alteração da ordem pública em Tarouca, no passado dia 9 de Janeiro de 1996, durante a passagem da caravana eleitoral do Dr. Cavaco Silva;
- 2) não existindo registo de uma alteração da ordem pública, existe algum auto que dê conta de incidentes entre cidadãos de Tarouca e elementos da caravana da candidatura presidencial do Dr. Cavaco Silva;
- 3) no quadro das regras de segurança estabelecidas para o efeito, recorreu ou não a referida candidatura aos serviços diligentes e eficazes do corpo de segurança pessoal da Política de Segurança Pública.

O DEPUTADO

